

***Ata da 3ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 26 de março de 2015.***

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, a Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs: Deputado Alan Sanches, proponente da Sessão, Alcina Boullosa, Diretora de Atenção Especializada da Secretaria da Saúde, representando o Governo do Estado da Bahia; Duda Sanches, Vereador e Presidente da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar e Seguridade Social da Câmara Municipal de Salvador; Henrique Carballal, Vereador da Câmara Municipal de Salvador; José Abelardo Garcia de Meneses, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia; Edmilson Lopes, Tenente-Coronel, representando o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Anselmo Brandão; Júlio Nascimento, Tenente-Coronel e Comandante do 1º Grupamento de Bombeiros Militar; Neyliane Lemos, Diretora das Voluntárias Sociais da Bahia, representando a primeira-dama, Aline Peixoto; Marielza Veiga, Coordenadora do Ambulatório de Epilepsia do Hospital das Clínicas da UFBA; Ivan Paiva Filho, Coordenador-Geral do SAMU de Salvador; Roque Brito, Coordenador da Unidade de Apoio à Epilepsia da Bahia, Professor Antônio Andrade, da Fundação Baiana de Neurologia. O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial com o objetivo **de discutir o Dia Mundial de Conscientização sobre a Epilepsia**. Após a execução do Hino Nacional, o Deputado Marcelino Galo ressaltou a importância do tema, considerando que a Casa “sente-se no dever de debater, discutir e ajudar não só o cidadão, a cidadã, mas principalmente os familiares” e, em razão de compromissos assumidos anteriormente, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Alan Sanches. O Deputado Alan Sanches reconheceu a importância do tema, salientando a necessidade de se desmistificar esse distúrbio neurológico e acabar com a marginalização que os pacientes e os familiares sofrem. O Sr. Lindemberg Assunção discorreu sobre o acesso a medicamentos para essa população, informando que o Brasil tem uma política nacional de medicamentos que contempla o acesso a esses produtos através dos postos de saúde, das farmácias populares e de uma rede conveniada com as farmácias privadas. Disse que a doença é controlada, basicamente, com uma intervenção terapêutica principal, utilizada para o resto da vida. Por fim, convidou o Deputado Alan Sanches para participar do II Fórum sobre Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia, que vai ocorrer em Salvador, no Bahia Othon Hotel, no período de 20 a 23 de setembro, com o objetivo de discutir a ampliação e qualificação de acesso a medicamentos no Brasil. A Sra. Alcina Boulhosa afirmou que a Secretaria da Saúde tem muito cuidado com a rede de serviço para atenção aos portadores de epilepsia, bem como de outras doenças que acometem a população baiana, esclarecendo sobre a rede, que se inicia através dos

postos de saúde e pelas Unidades de Saúde da Família e relatou o procedimento para atender os pacientes portadores de epilepsia visando garantir uma atenção sistematizada aos usuários, bem como o fornecimento dos componentes medicamentosos. A propósito, disse que atualmente existe um único serviço classificado no Estado da Bahia para atendimento específico do tratamento cirúrgico da doença, localizado no Hospital Professor Edgard Santos, e finalizou reconhecendo a necessidade dessa rede ser melhor estruturada. O Sr. Júlio Nascimento comentou a dificuldade para se dar os primeiros socorros aos portadores de epilepsia, visto que o período de crise é muito rápido, o processo crítico da enfermidade passa e já se apresenta outro quadro clínico, como os traumas em decorrência da queda. Mencionou a falta de informação da população para prestar socorro, situação que o levou a sugerir a implantação de um projeto educativo e de conscientização nas escolas, tendo como público-alvo a criança e o jovem. O Sr. Henrique Carballal teceu considerações sobre a falta de conscientização e de preparo da população para a situação dos epiléticos e considerou que o Estado da Bahia precisa ter um diagnóstico efetivo de quantas pessoas são portadoras, visando promover políticas públicas que possam garantir o acompanhamento delas e das suas famílias. Sugeriu ao poder público fazer uma campanha plena de conscientização, questionou se os medicamentos estão acessíveis a todos os portadores e elogiou a iniciativa da Casa ao travar o debate, avaliando que vai contribuir de forma positiva para melhorar o quadro de assistência e visibilidade deste problema de saúde. O Sr. Ivan Paiva comentou o atendimento de urgência e emergência do Município de Salvador, bem como a falta de conhecimento da população para amparar um portador em crise e ponderou sobre a importância da disciplina de primeiros socorros nas escolas. Garantiu que o SAMU de Salvador é regionalizado, atende a 10 municípios com mais de 3 milhões de pessoas e tem uma cobertura de 70% do Estado da Bahia, através do número 192 e a escuta especializada de um médico que vai orientar o cidadão a adotar as medidas corretas para lidar com a crise convulsiva. Tratou das diversas situações que atingem os epiléticos durante a crise e dos procedimentos e abordagens adotados pelo SAMU e finalizou dizendo que o mais importante é entrar o mais rápido possível em contato com o Serviço para que o médico possa dar as orientações adequadas. O Sr. Roque Brito teceu considerações sobre a vergonha que os epiléticos têm em assumir a doença perante a sociedade, o que significa que uma população de quase 150 mil pessoas em Salvador vive na clandestinidade. Tratou do trabalho da Unidade de Apoio à Epilepsia, a qual coordena, destacando as atividades que vêm realizando em diversos segmentos da sociedade visando reduzir a ignorância sobre a doença e enfatizou o uso correto da medicação, “a melhor forma de controlar a epilepsia”. Por fim, apelou ao Governo para agilizar o processo de aquisição da medicação, visto que muitas vezes o paciente deixa de se tratar por não ter remédio disponível e não ter condições financeiras para adquiri-lo. O Sr. Abelardo Garcia corroborou as declarações de que a epilepsia é uma doença em que o paciente sofre pelo preconceito, pelo estigma e pela falta de cuidados e considerou necessário garantir que “os portadores da epilepsia tenham acesso assegurado ao serviço de saúde,

notadamente à medicação que previne, seguramente, as convulsões e os males que decorrem delas”. Encerrou colocando à disposição da Assembleia Legislativa da Bahia e da Câmara de Vereadores de Salvador, o Conselho Regional de Medicina para discutir esse e outros temas de saúde. A Sra. Marielza Veiga falou da atuação dela como médica preceptora do Hospital das Clínicas, há 20 anos, onde coordena dois ambulatórios. Apresentou dados estatísticos sobre a ocorrência da doença, que acomete de 1% a 2% da população, e prestou esclarecimentos sobre esse problema neurológico crônico, bem como sobre a forma de controle da doença, ressaltando que é imprescindível o uso contínuo da medicação. Mencionou as dificuldades que o Hospital das Clínicas enfrenta na farmácia básica em relação a drogas importantes, relatou que o Brasil está extremamente atrasado na aceitação das novas drogas para tratamento dessa enfermidade e cobrou a instalação de unidades de tratamento de maior complexidade, a exemplo de indicação cirúrgica. Apresentou sugestões para melhorar e ampliar o atendimento médico aos portadores de epilepsia, fundamental para que os pacientes possam ter atividade produtiva, e tratou do preconceito, do autopreconceito e do estigma que cercam a doença. Considerou a necessidade dos órgãos públicos fazerem um cadastramento estadual dos epiléticos e concluiu defendendo a divulgação dessa enfermidade como forma de melhorar a conscientização e reduzir o preconceito. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a participação e presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –